

17 OUT 2003

P.A13

## Bom-dia a cavalo

A mídia é sempre uma moeda de duas faces. Aquelas duas leituras que os chineses identificam em todas as coisas, que eles resumem: o dia e a noite, o sol e a lua.

Lembro-me de uma pequena história que ouvi de Afonso Arinos – e como ele faz uma falta danada ao Brasil –, num tempo em que não conhecíamos a comunicação em tempo real.

Ele contou-me que um seu colega da Faculdade de Direito foi feito herói quando enfrentou um ladrão que tentava roubar a carteira de uma colega. Derrubou o ladrão, tomou a carteira e, ainda com um pé em cima do cujo, teve direito a foto na primeira página do *Estado de Minas*.

Passou o tempo e, um dia, pediu ao pai que arrumasse uma colocação para o antigo amigo e colega. Quando disse o nome ao dr. Afrânio, este indagou-lhe:

– Não foi esse, Afonso, que esteve envolvido no roubo de uma carteira?



**JOSÉ SARNEY**

PRESIDENTE DO SENADO

Calculem o que não se passa, hoje, com as pessoas que são vítimas dos vazamentos que ocorrem nas investigações “sigilosas”, que agentes públicos utilizam para terem os seus “dez minutos de fama”.

Soltam o furo e, de repente, os cidadãos que têm, pela Constituição, direito a defesa, privacidade, proteção da imagem, são submetidos a tribunais de exceção da mídia. Imediatamente, coisa de um minuto de televisão, são acusados, julgados e condenados. Não há necessidade de processo, os fins foram alcançados. A pena e o castigo já foram impostos, com a aplicação da

tortura moral, mais cruel do que a física.

Faço estas reflexões com os olhos nos holofotes que se acenderam nos jornais sobre a Receita Federal. Por esse órgão transitam centenas de milhares de processos, de investigações e de procedimentos destinados a defender o dinheiro público, quer contra a sonegação quer na apuração do enriquecimento ilícito.

É uma repartição que, graças a Deus, não tem a cultura do escândalo. Basta citar as declarações corretas do seu secretário, Jorge Rachid, sobre o seu silêncio, um exemplo da cultura do órgão: “Eu tenho que preservar o sigilo. É uma coisa que nós auditores aprendemos na nossa formação.” É uma cultura de responsabilidade, fora da ribalta das vaidades. Por isso, aquele órgão é tão reconhecido no seu trabalho. Uma Receita a serviço da política ou da mídia seria uma tragédia. Voltaríamos aos tempos da Colônia, em que se governava com a chibata

do feitor e o confisco.

O método da delação vazia, acobertada por vazamentos de agentes públicos, é costume das polícias políticas.

O ministro Gilmar Mendes, em decisão que proferiu no Supremo Tribunal Federal, tratou dessa violação do direito do indivíduo que é submeter alguém a um processo por razões pessoais ou de facção. Diz ele: “A submissão do ser humano a um processo judicial indefinido e sua degradação como objeto estatal atentam contra o princípio da proteção judicial efetiva e ferem o princípio da dignidade humana”.

Faz parte do estilo de vida na sociedade de comunicação a sedução irresistível de aparecer.

Desapareceu o velho ditado popular de “o silêncio é de ouro”; ou o ensinamento da sabedoria nordestina: “Quem fala demais dá bom-dia a cavalo”.

*O senador José Sarney (PMDB-AP) escreve nesta página às sextas-feiras*